

## NAS RUAS, REDES E ROÇADOS: AS TICS E A COMUNICAÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Fabiana de Oliveira Benedito<sup>1</sup> – Universidade Estadual de Campinas

### Resumo:

Este trabalho pretende investigar as práticas e formulações da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a fim de compreender os mecanismos de resistência das mulheres a um modelo de comunicação excludente e machista, tal qual temos no Brasil e na América Latina, e também a uma tendência de perda da criticidade em relação aos limites das TICs. A reflexão proposta neste artigo será realizada a partir de pesquisa bibliográfica. Passadas quase cinco décadas desde que o feminismo, enquanto movimento político, assumiu o projeto de disputar a academia e a política de outro modo – apostando na teoria feminista e na crítica ao androcentrismo – os temas da comunicação e das TICs têm se revelado centrais para refletir sobre conjunto de práticas feministas no Brasil e no mundo. Experiências plurais, difusas e até mesmo contraditórias evidenciam a necessidade de uma compreensão mais abrangente sobre o cenário. Se as feministas mais jovens, influenciadas pelo ciberfeminismo da década de 1990, acusam as feministas “tradicionais” de tecnofóbicas a partir de argumentos válidos, consideramos também que as práticas nas redes assumem certo grau de descolamento da mobilização das ruas em determinados momentos.

**Palavras-chave:** Feminismo; Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); Marcha Mundial das Mulheres; Comunicação Popular.

### Abstract:

This job aims to investigate the practices and formulations of the World March of Women (WMW) related to the information and communication technologies (ICTs), in order to understand the women resistance mechanisms of an excluding and male chauvinist communication model that we have had in Brazil and Latin America, also the trending of criticality loss related to the limits of ICTS. The reflection proposal of this article will be made from bibliographical research. It has been five decades since the feminism, as a political movement, assumed the project to dispute the Academy and politics in another way – gambling in feminism theory and criticizing androcentrism – the communication themes and the ICTs have shown us the central points to think over the set of feminist practices in Brazil and all over the world. Plural experiences, diffuses, and even contradictory have evidenced the lack the comprehension about the scenario. If the younger feminists, induced by the cyberfeminism of 90's decade have accused the “traditional” feminists of technophobia from valid arguments, we also consider the practices in network have assumed reasonable detachment degree related to the street mobilization in some moments.

**Keywords:** Feminism; Information and Communication Technologies (ICTs); World March of Women; Popular communication.

## 1. Introdução

No início de 2018, a capa da revista *Le Monde diplomatique* estampava o título “A revolução será feminista”<sup>2</sup>. O processo revolucionário, tal qual pensado nos séculos

---

<sup>1</sup>Mestranda do programa de Divulgação Científica e Cultural, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup>Edição 126 - Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/edicao/edicao-126/>>. Acesso em: 07/07/2018.

anteriores, é um horizonte distante – neste momento – no mundo, sobretudo no Brasil e na América Latina, que recentemente foram golpeados em suas jovens democracias. Mas ela virá e será feminista: é ao menos o que anuncia o protagonismo das mulheres nas grandes manifestações dos últimos anos e a combatividade e vigor da ação feminista ao longo da história.

Recentemente – em 2015 – uma irrupção de mulheres tomou às ruas de diversas cidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife e Belo Horizonte, reivindicando, entre outras coisas, a saída do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da Câmara Federal e a rejeição e arquivamento do Projeto de Lei (PL) 5069, que prevê mudanças no Código Penal no que diz respeito à punição da realização de interrupção da gravidez, e também alterações na legislação que regulamenta o atendimento de vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), dificultando o acesso das mulheres ao reconhecimento do estupro, à anticoncepção de emergência e ao aborto legal. Essa onda de manifestações ficou conhecida como “Primavera Feminista”<sup>3</sup>.

O fenômeno da “Primavera Feminista” diz respeito a um alcance amplo dos debates que outrora estavam restritos aos grupos organizados e esta abrangência tem a ver, entre outros (muitos) fatores, com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sobretudo das redes digitais, como ferramenta capaz de potencializar a mobilização política. São diversas as campanhas com valores feministas que viralizaram nas redes digitais nos últimos três anos: #MeuPrimeiroAssédio, #MulheresContraCunha, #AgoraÉQueSãoElas, #PrimaveraDasMulheres, #MeuAmigoSecreto, #NenhumaAMenos, #PorTodasElas, etc. Motes importantes para denunciar as inúmeras desigualdades que estruturam a vida de homens e mulheres e que são, cotidianamente, naturalizadas.

Entretanto, continua sendo importante não perder de vista a crítica às redes corporativas – e ao ambiente digital como um todo – que lucram com a venda de dados pessoais, têm mecanismos pouco transparentes para denúncias de violação de direitos humanos, configurando-se como (mais) um espaço onde a violência sexista está colocada. Este esforço, de fazer uma crítica anticapitalista e antipatriarcal à mercantilização da comunicação e das tecnologias, ao “*capitalismo patriarcal high-tech*”<sup>4</sup>, nas palavras de

---

<sup>3</sup>Feminismo na Conjuntura. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2015/11/04/feminismo-naconjuntura/>> Último acesso em 07 de julho de 2018.

<sup>4</sup>Longe da autonomia, perto do patriarcado: viralizar o feminismo libertando nossas ferramentas. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2015/11/29/tao-longe-da-autonomia-tao-pertodo-patriarcado-viralizar-o-feminismo-libertando-nossas-ferramentas/>>. Acesso em: 07/07/2018.

Bruna Provazi, é parte da formulação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) sobre o assunto, sendo que um dos apontamentos de saída coletiva para a questão é a apropriação dos processos comunicativos – a partir das TICs ou não – por parte das militantes, para que estas passem a ser narradoras das próprias lutas e dos processos da organização, construindo a comunicação popular<sup>5</sup> através de ferramentas livres e mais seguras.

As práticas de comunicação feminista também levaram a uma apropriação da tecnologia por trás da comunicação, às estruturas e infra-estruturas de poder e de controle que marcam sobretudo as TIC's. Frente ao controle dos dados e a vigilância massiva que serve às grandes empresas e Estados, as feministas se aproximam cada vez mais do software livre e das ferramentas de criptografia para defender sua privacidade (MORENO, 2016, p. 5).

A proposta deste artigo é se debruçar sobre o uso da tecnologia para a construção da comunicação popular, a partir da experiência da MMM, partindo da hipótese de que a apropriação das TICs é um desafio para a organização, que precisa ser analisado sem perder de vista a perspectiva crítica, construída coletivamente, frente à emergência dos debates “apocalípticos ou integrados”<sup>6</sup>.

## 2. A Marcha

*Os participantes dos fóruns sociais mundiais, dos fóruns sobre meio ambiente, da Marcha das Margaridas, dos 8 de março e de outros movimentos sociais, de maneira geral, sabem o que significa as coloridas bandeiras e as "batucadas da marcha" que antecedem as conferências e as mesas-redondas (TORNQUIST E FLEISCHER, 2012, p. 344).*

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento internacional, anticapitalista e antipatriarcal, que se constrói a partir da realidade das mulheres, conectando ações locais e articulações mundiais, baseadas na solidariedade entre os povos e na auto-organização feminista. A inspiração para a criação da MMM surgiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá. Na ocasião, 850 mulheres andaram 200 quilômetros reivindicando o fim da pobreza e da desigualdade, pedindo,

---

<sup>5</sup>Peruzzo (2008), em seu artigo "Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados", define comunicação popular como sendo aquela que "representa uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo".

<sup>6</sup>Apocalípticos e Integrados (no original *Apocalittici e Integrati*) é uma das principais obras do semiótico italiano Umberto Eco, na qual ele reúne uma série de ensaios a respeito da questão da cultura de massas na era tecnológica.

simbolicamente, pão e rosas. De acordo com Nalu Faria, da coordenação nacional da MMM, a “ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista” (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012, p. 294). Ao final, houveram diversas conquistas, dentre as quais está o aumento do salário-mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

A partir dessa intervenção, as mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações de outros países para partilhar da experiência e construir a proposta de criação de uma campanha global de mulheres, nos anos 2000. O primeiro encontro internacional foi em 1998, no Quebec, e o Brasil esteve presente. Ao todo, participaram do encontro 145 mulheres de 65 países e territórios. Na ocasião, foram elaborados 17 pontos contra a pobreza e 17 pontos contra a violência, em forma de abaixo-assinado e entregues para a Organização das Nações Unidas (ONU), para o Banco Mundial e para o Fundo Monetário Internacional (FMI) no dia 17 de outubro.

Em 1999, aconteceu a primeira reunião nacional no Brasil. A ideia era realizar grandes mobilizações no dia 08 de março de 2000 e no dia 17 de outubro (Dia Mundial de Luta contra a Pobreza) do mesmo ano. Nessa ocasião, as mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) fizeram uma proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM. A Marcha das Margaridas foi a atividade mais massiva do ano, com presença de 20 mil mulheres. "Foi a partir do impacto desse amplo processo de articulação que várias brasileiras fizeram parte daquelas que propuseram a continuidade da Marcha como um movimento permanente em nosso país" (Ibidem, p.295). Atualmente, no Brasil, MMM está organizada em 20 estados, em núcleos e comitês.

### 3. Coletivo de comunicadoras

No 9º Encontro Internacional da Marcha, realizado em 2013, em São Paulo, se consolidou a criação de um Coletivo de Comunicadoras da organização no Brasil. A fundação deste coletivo foi fruto do saldo positivo de uma experiência chamada de “Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais”<sup>7</sup>, uma articulação entre a MMM, o coletivo Catarse, a Via Campesina, a Radio Mundo Real (Uruguai), Alba TV (Venezuela) e a Alai (Equador).

---

<sup>7</sup>Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais. Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/23/convergencia-de-comunicacao-dos-movimentossociais/>>. Acesso em: 07/07/ 2018.

Essa Convergência foi pensada a partir de uma crítica à cobertura padrão da mídia tradicional, que comumente promove o apagamento das lutas dos movimentos sociais e a distorção e esvaziamento do conteúdo político das mobilizações militantes. Em um dos textos de apresentação/divulgação da articulação para o 9º Encontro, a MMM pontua que a *Internet* tem potencial de se configurar como "um novo espaço de disputa política, no qual setores que nunca tiveram voz na sociedade têm conseguido se expressar sem os tradicionais filtros dos editores e patrocinadores dos jornais"<sup>8</sup>.

De 25 a 31 de agosto, 1.600 mulheres de 48 países estiveram reunidas em São Paulo para discutir a luta feminista. No documento final, de mesmo nome do encontro – Feminismo em Marcha Para Mudar o Mundo –, a organização firma seu compromisso com uma comunicação popular:

Resistimos ao monopólio dos meios de comunicação, à lógica da propriedade intelectual e ao controle dos fluxos de informação que violam nossa privacidade e privilegiam corporações transnacionais, construindo as nossas alternativas de produção de conteúdo, linguagens e meios de comunicação vinculados às lutas emancipatórias e por soberania popular. Afirmamos que a auto-organização das mulheres é nossa estratégia de fortalecimento como sujeito político que constrói uma força mundial, em aliança com os movimentos sociais que compartilham da luta anti-capitalista, e por uma sociedade baseada nos valores de liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade<sup>9</sup>.

Mesmo antes da consolidação de um Coletivo de Comunicadoras, a MMM estava empenhada na defesa da democratização da informação, da *Internet livre*, e utilizava as redes digitais para articulação das pautas feministas. Em 2008, por exemplo, a organização criou um blog de “ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres”, a fim de agilizar a comunicação, articular e divulgar ações e atividades. De lá até a inauguração do novo blog da Marcha, em 2012, também foram criados grupo e páginas no *Facebook*, perfil no *Twitter*, conta no *Flickr* e *Youtube*, um site próprio e uma iniciativa de *streaming* chamada de #butecodasmina. O atual blog da Marcha, lançado em 2012, é um espaço em que todas as militantes que constroem a MMM podem se expressar através de postagens, configurando-se como um espaço participativo.

#### 4. Princípios da comunicação

---

<sup>8</sup>Idem.

<sup>9</sup>Declaração “Feminismo em marcha para mudar o mundo”. Disponível em: <<https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/31/documento-brasil-feminismo-em-marcha-para-mudaro-mundo/>>. Acesso em: 07/07/2018.

“Nas ruas, redes e roçados” é o *slogan* da Marcha que sintetiza o esforço de conectar a resistência das mulheres, e as alternativas protagonizadas por elas no enfrentamento à desigualdade, seja no campo, nas ruas ou na *Internet*. Trata-se de uma visão que enseja um debate em que as práticas e as reflexões feministas caminham juntas, construídas a partir do cotidiano, da concretude do tempo e condições de vida das mulheres, distribuídas mas também conectadas, em que se almeja menos um alcance artificial nas redes digitais, mas, sobretudo, processos mais coletivos e autônomos, que estejam em sintonia com os outros processos organizativos do movimento.

Alguns eixos balizam este esforço, dentre os quais está: 1) manter a criticidade em relação ao modo de operação dos meios hegemônicos, sobretudo em relação à concentração e mercantilização da informação, as ideias e valores patriarcais promovidos por eles, e a repressão e perseguição dos movimentos sociais de que fazem parte. A crítica também se estende às redes corporativas, que embora possam oferecer um meio de diálogo entre pares e (talvez) além deles, são permissivas (e lucram) com discursos de ódio, vende de dados e vigilância massiva.

Além disso, a MMM tem como objetivos: 2) construir alternativas que ajudem a promover a ideia de que a comunicação é um direito, defender uma *Internet* livre, integrar redes, ruas e roçados, a partir de práticas e reflexões mais igualitárias, horizontais e coletivas; e 3) estabelecer alianças com outros movimentos sociais que trilham caminhos que se encontram na defesa da democratização da informação.

#### 4.1 Meios hegemônicos e *Internet*

Os meios de comunicação de massa ocupam um lugar decisivo na formação da opinião pública e difundem ideias e valores que se contradizem com os discursos que falam em neutralidade e objetividade, defendendo, na verdade, valores corporativos e incompatíveis com a multiplicidade de setores, grupos, movimentos e interesses da sociedade civil. Foi a partir desta análise que, em 2011, o Comitê Internacional (CI) da Marcha Mundial das Mulheres iniciou uma discussão estratégica sobre a comunicação (LÉON, 2013a, p. 129).

O resultado dessa discussão, poroso às mudanças territoriais e temporais, aponta para a crítica à mercantilização da informação, ao autoritarismo e à promoção e legitimação de estereótipos sexistas, à concentração dos meios e a criminalização dos

movimentos sociais promovidas por eles. Para a MMM, esse contexto anuncia a necessidade da criação de alternativas: "El crecimiento de los medios alternativos como radios comunitarias y las posibilidades comunicativas de la Internet contribuyeron mucho para la disputa de ideas y para que nuestro mensaje llegara al conjunto de la sociedad"(LEÓN, 2013a, p. 133).

Criar canais próprios de comunicação, desta perspectiva, significa romper com a lógica dos meios de massa que, quando inclui na pauta algo sobre a luta das mulheres, o faz em busca de figuras que sejam especialistas ou pessoas de “destaque”, o que entra em conflito com os princípios do feminismo e de outros movimentos sociais, que propõe construir a partir dos princípios da horizontalidade, igualdade e coletividade.

Estes canais, diversas vezes, são construídos a partir de redes digitais. Sem dúvidas, a *Internet* ampliou possibilidades de ação feminista, mas, ao mesmo, é preciso seguir refletindo sobre as desigualdades que as mulheres enfrentam no acesso e uso de novas tecnologias, seja porque vivem no campo, porque estão sobrecarregadas com o trabalho doméstico e de cuidados, por vivenciar situações de pobreza ou por outros tantos motivos possíveis. Essas reflexões e questionamentos são muito importantes na sociedade em rede, na qual a *Internet* vem sendo propagandeada como instrumento com potencial de promoção de valores cidadãos e democráticos, por meio do ciberespaço (BARREIROS, 2013, p. 12).

Para Maffia (2013) superar as barreiras de classe, sexo e geopolítica da língua (inglês) que, combinadas, dificultam a inclusão digital das mulheres, não demanda somente que elas sejam usuárias das tecnologias, mas que participem “equitativamente no desenvolvimento de *software*, bem como na política de distribuição de redes digitais, empresas e engenharias que correspondem a sua produção”. Esse seria, de acordo com a autora, um “plano de longo alcance, multicêntrico, interseccional, sofisticado, e perfeitamente viável”. Para ela, há ainda aspectos menos visíveis e estudados quando se fala em barreiras “subjetivas” que as mulheres enfrentam no ambiente digital, em que se incluem suas próprias “fobias” às tecnologias, desconsiderando seu potencial emancipador (MAFFIA, 2013, p. 14).

#### 4.2 Construção de alternativas

"Caminar al ritmo del más lento" é uma ideia que orienta a comunicação interna da Marcha. "No es posible encerrarse en una estructura virtual muy compleja, que

demanda 24 horas de acesso a Internet, cuando muchas en la MMM no tienen acceso continuo" (LEÓN, 2013a, p.140). Trata-se, desse modo, de construir os processos comunicativos a partir do cotidiano coletivo, desenvolvendo alternativas que questionem o capitalismo e o patriarcado. Moreno (2016) cita como exemplos das expressões diversas do feminismo, que tomam estes princípios como estruturantes, a agroecologia, a economia solidária e práticas de comunicação feminista.

Assim como a economia solidária nos coloca em contatos com princípios da economia feminista, que propõe alterar o centro das preocupações econômicas que, a partir de uma perspectiva igualitária, já não pode ser o lucro, mas o bem-estar das pessoas, e assim como a experiência das mulheres na agroecologia contribui para a autonomia econômica e para subverter a lógica destrutiva da relação humana com a natureza não-humana, a disputa política pelo saber, pelo conhecimento, na qual a comunicação está circunscrita, se materializa em práticas de comunicação feminista que invertem os fundamentos de desvalorização dos saberes, práticas e propostas que permeiam a construção do movimento de mulheres.

Frente à hierarquia e fragmentação das tarefas, as comunicadoras feministas buscam democratizar o processo de produção de conteúdo, em uma dinâmica horizontal que respeita os diferentes saberes e impulsiona intercâmbios e aprendizagens. Buscam ainda valorizar as linguagens e formas de comunicações das mulheres, as diferentes falas e formas de expressão, e os diferentes veículos pelos quais as mulheres acessam a informação. Não basta usar a internet e as redes sociais, se no Brasil uma boa parte da população sobretudo pobre e rural não costuma usar a internet e costuma ouvir mais o rádio (MORENO, 2016, p. 4).

O que essas alternativas guardam de semelhante é compartilhar a estratégia de auto-organização das mulheres como fundamental, reconhecendo-as como sujeitas, a partir da compreensão das dimensões individual e coletiva deste processo. Além disso, elas são construídas na resistência às lógicas individualistas, capitalistas e patriarcais, revelando contradições, já que são gestadas nesta ordem econômica, mas também trilhando saídas coletivas e criativas para as desigualdades (MORENO, 2016).

### 4.3 Alianças

O Coletivo de Comunicadoras da Marcha foi criado no 9º Encontro Internacional da Marcha, em 2013, a partir de uma “Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais”, mas não era a primeira vez que esses movimentos pensavam juntos uma



experiência popular de comunicação, capaz de espalhar narrativas próprias sobre a história. No ano anterior, algo semelhante havia sido realizado em um evento paralelo e alternativo à RIO+20, a Cúpula do Povos: por Justiça Social e Ambiental – contra a mercantilização da vida e da natureza e em defesa dos bens comuns.

As organizações envolvidas nesta Convergência eram diversas: a Agencia Latinoamericana de Información (Alai), a Alba TV, a Asociación Latinoamericana de Educación Radiofônica (Aler), a Coordinación Andina de las Organizaciones Indígenas (Caoi), a Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo/Vía Campesina (CLOC-VC), o Grito de los Excluidos, o Jubileo Sur/Américas, a Minga Informativa de Movimientos Sociales, a Movimientos sociales hacia el Alba e a Rádio Mundo Real (RMR), além da Marcha.

As alianças são parte das formas de atuação da MMM, seja permanentemente, seja em Jornadas de Luta e o princípio também se expressa na comunicação do movimento. Deste modo, os processos comunicativos das mulheres são construídos "en alianza con otros movimientos sociales que también se definen como anticapitalistas, anticolonialistas, antipatriarcales y antirracistas" (LÉON, 2013b), configurando-se como "Un feminismo que construye su propia comunicación, con el lenguaje y las voces de sus militantes, en convergencia con otros movimientos sociales" (LEÓN, 2013b).

## 5. Considerações finais

Ana de Miguel e Montserrat Boix (2013), estão entre autoras feministas que têm realizado um esforço de formular a crítica à desigualdade gênero na constituição das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e no ambiente digital. Elas alertam, no artigo "Os gêneros na rede: os ciberfeminismos" (2013), para a necessidade de um olhar atento às questões que podem determinar se a *Internet* pode se converter em um espaço de mudança e liberdade reais ou como um espaço de mera liberação simbólica. A síntese para essas questões seria a pergunta: "e as mulheres?".

Neste artigo, procurei refletir – brevemente – sobre as formulações e práticas da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em relação às TICs, apostando na hipótese de que esta experiência pode ajudar a atualizar formulações sobre este assunto. Para esta reflexão, utilizei textos da própria organização e referências bibliográficas correlatas.

Os temas da comunicação e das tecnologias têm se revelado centrais para compreender o conjunto de práticas feministas no Brasil e no mundo há quase três

décadas. Para parte do movimento feminista, a década de 1990 representa justamente o momento histórico em que acontece uma mudança substancial na visão sobre as tecnologias. Este grupo, ciente dos limites e das potencialidades das redes digitais, passa a disputar politicamente a área tecnológica (NATANSOHN, 2013, p. 23).

Para outras, desde os anos 80, a comunicação e a mídia foram partes importantes, com o apoio de fundações internacionais, do processo de institucionalização do feminismo. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz (1995), organizada pelas Nações Unidas, em Pequim, na China, em que a Organização das Nações Unidas (ONU) incorpora na agenda a importância da comunicação para o fortalecimento das mulheres e o uso estratégico das tecnologias, teria sido um marco importante neste processo.

Em 2018, o desafio é fazer um debate que não seja “integrado ou apocalíptico”, emprestando a expressão de Umberto Eco. Uma discussão que não perca a perspectiva crítica em relação à mercantilização do direito à comunicação, mas que também seja capaz de apontar alternativas que nos ajudem a potencializar o conjunto de práticas feministas em diversos espaços, nas ruas, redes e roçados.

### Referências bibliográficas

BARREIROS, B.P. *Estratégias de visibilidade e articulação no ciberespaço: uma análise do ativismo feminista no Facebook*. 2013. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

BOIX, M; MIGUEL, A. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, G. *Internet em Código Feminino: teorias e práticas*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013, p. 39-76.

LÉON, O. *Democratizar la palabra: movimientos convergentes en comunicación*. Quito, Equador: Agencia Latinoamericana de Información, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Feminismo Popular Para Cambiar El Mundo*. Quito, Equador: Agencia Latinoamericana de Información, 2013b.

MAFFIA, D. Prólogo. In: NATANSOHN, Graciela. *Internet em Código Feminino: teorias e oráticas*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013, p.11-15.

MORENO, T. Alternativas feministas nas ruas, redes e roçados. *GADN (Gender & Development Network)*, 2016. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2016/07/14/alternativas-feministas-nas-ruas-redes-e-rocados/>>. Acesso em 07/07/ 2018.

NATANSOHN, G. (Org.). *Internet em código feminino: teorias e práticas*, v.1. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

PERUZZO, C. Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária Revisitados: reelaboraões no setor. *Revista Palavra Clave*, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008.

TORNQUIST, C.S.; FLEISCHER, S.R. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 291-312, abr. 2012.